

O objeto zero de verbos transitivos

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/CNPq)

angelica@ufrnet.br

Abstract: The subject of this paper is the so called understood object, which occurs with transitive case frame verbs, such as *beber* and *dirigir*. The analysis aims at demonstrating that these predicates have a specialized meaning, projecting a specific type of object implied in the scene evoked by the verb. The research is oriented by the framework of North-American Functional Linguistics, which claims that the grammar of natural languages is shaped from the regularities arisen in the interactive language use. The data for this study come from eight oral and written narratives, collected from *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*.

Key words: understood object, argument structure, transitive verb.

Resumo: O tema deste artigo é o objeto zero implicado, que ocorre com verbos de moldura semântica transitiva, como *beber* e *dirigir*. A análise busca demonstrar que esses predicados apresentam um significado especializado, que projeta um tipo específico de objeto implicado na cena evocada pelo verbo. A pesquisa está orientada pelo quadro da Linguística Funcional norte-americana, que defende que a gramática das línguas naturais se molda a partir das regularidades observadas no uso interativo da língua. Os dados empíricos correspondem a oito narrativas faladas e suas correspondentes escritas extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*.

Palavras-chave: objeto implicado, estrutura argumental, verbo transitivo.

Introdução

Em trabalhos anteriores (FURTADO DA CUNHA, 2006a, 2006b e FURTADO DA CUNHA e SOUZA, 2007), examinei o fenômeno da transitividade e propus uma escala de objetividade (*objecthood*) para acomodar as diferentes manifestações do complemento objeto direto (OD) dos verbos semanticamente transitivos. Essa escala dispõe os OD em um contínuo de acordo com seu grau de prototipicidade, como segue:

(1) Objeto Direto explícito > Zero anafórico > Zero inferido > Objeto Direto oracional > Complexo Verbo + Objeto.

O tema deste trabalho é o objeto implicado, um tipo de zero que se distingue tanto do OD anafórico quanto do inferido, e ocorre com verbos de moldura semântica transitiva, como é o caso de *beber* e *dirigir*, que prevêm preferencialmente *bebida alcoólica* e *carro*, respectivamente, como OD, conforme os exemplos seguintes:

(2) porque aí ela não podia **beber** né ... ela era acostumada ... assim ... a **beber** né ... bebia muito uísque esse tipo de coisa ... (*Corpus D&G*, p. 281).

(3) ele **dirigindo** assim ... quase num saía do lugar e ela ... acostumada a **dirigir** né ...pediu pra **dirigir** ... (*Corpus D&G*, p. 240).

A análise está orientada pelo quadro da Linguística Funcional norte-americana, que defende que a gramática das línguas naturais se molda a partir das regularidades observadas no uso interativo da língua, as quais são explicadas, por sua vez, com base nas condições discursivas em que se verifica a interação sociocomunicativa.

Os dados empíricos correspondem a oito narrativas faladas e suas correspondentes escritas extraídas do *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal

(FURTADO DA CUNHA, 1998), produzidas por 4 estudantes do terceiro ano do ensino médio.¹

Apesar da distinção formal rígida entre verbos transitivos e intransitivos, as gramáticas tradicionais são unânimes em salientar o fato de que “a linha de demarcação entre verbos transitivos e intransitivos nem sempre pode ser rigorosa. Alguns verbos transitivos podem ser empregados intransitivamente”, como *comer* e *beber* em: *comer carne, beber vinho, o doente não come nem bebe* (SAID ALI, 1971, p. 165). Cunha e Cintra (1985, p. 134) fazem referência ao papel do contexto lingüístico na avaliação da transitividade do verbo: “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente”.

Quando se analisa a língua em uso, percebe-se que a estrutura argumental dos verbos é bastante variável: o modo como os predicados se combinam com argumentos não é uma propriedade estável dos itens no léxico mental. Trabalhos recentes sob a vertente funcionalista demonstram que a estrutura argumental está relacionada com a frequência de ocorrência de um verbo em situações reais de interação sociocomunicativa. Nessa perspectiva, não há espaço para estruturas argumentais fixas ou rígidas. Ao definir cada relação sintática e cada papel semântico associados a um verbo, define-se um protótipo, que não exclui a possibilidade de usos marginais desse verbo. Vale notar que, no uso cotidiano da língua, muitas orações não representam situações prototípicas, como em *Joana está comendo* e *Pedro estuda*. Nesses casos, embora as orações se apresentem como intransitivas, já que há somente um SN sujeito, cabe perguntar o que Joana está comendo e o que Pedro estuda. Ainda que o significado lexical de *comer* e de *estudar* implique o elemento nominal que é o alvo da ação, esse elemento não é expresso. Verbos como *comer* e *estudar* admitem tanto uma manifestação transitiva quanto uma intransitiva, como se

¹ Convém ressaltar que todos os trabalhos consultados e citados neste artigo baseiam suas análises em exemplos criados, descontextualizados.

pode perceber quando se comparam as orações acima com *Joana está comendo pizza* e *Pedro estuda inglês*. Logo, a transitividade pode ser analisada de uma perspectiva sintática, considerando a forma da oração (verbo acompanhado de um ou dois SN), e de uma perspectiva semântica, observando o elemento afetado pela ação verbal.

1. A relação gramatical objeto direto

Como muitas outras categorias lingüísticas, a relação gramatical “objeto direto” não é discreta, uma vez que é composta por membros que não apresentam um mesmo estatuto ou as mesmas propriedades inerentes. Há, portanto, diferentes manifestações discursivas do que tradicionalmente se classifica como OD.

A tabela 1 dispõe os resultados encontrados para cada tipo de OD, tanto na fala quanto na escrita:

TIPO DE OBJETO	FALA	ESCRITA
OD Explícito	671 (56%)	132 (79%)
OD Zero Anafórico	159 (13%)	8 (5%)
OD Zero Inferido	128 (11%)	4 (2%)
OD Oracional	130 (11%)	16 (10%)
Complexo V + OD	104 (9%)	7 (4%)
TOTAL	1192 (100%)	167 (100%)

Tabela 1: Distribuição dos tipos de OD

Neste trabalho, vou focar a distinção entre o OD explícito e o OD zero, que compreendem o anafórico, o inferido e o implicado. Os demais tipos de OD são analisados em Furtado da Cunha (2006b).

De acordo com a tabela 1, fala e escrita apresentam predominância do objeto nominal explícito. A ocorrência do objeto zero na escrita é bastante reduzida, dadas as propriedades pragmáticas específicas que caracterizam seu uso, como será discutido adiante. Na oralidade, por outro lado, a distribuição de anafóricos e inferidos é bastante equilibrada, com leve predomínio dos anafóricos.

A primeira categoria da escala apresentada em (1) acima – Objeto Direto explícito – corresponde ao objeto prototípico, expresso por um SN cuja distribuição é pós-verbal, tende a constituir o foco do enunciado e a representar o papel semântico de paciente, ou objeto afetado/efetuado. O OD não-marcado é em geral inanimado e indefinido. Esse tipo é o mais freqüente nos dados de fala e de escrita, como ilustrado no enunciado seguinte:

(4) e o doutor ... que é amigo dele ... **levou** outro jornal para o passado ... (*Corpus D&G*, p. 188).

A segunda e a terceira categorias na escala correspondem ao OD não explícito, que se afasta do protótipo porque o objeto não é informação nova, ou foco do enunciado, daí a sua omissão. O objeto zero anafórico compreende os objetos contextualmente dados ou recuperáveis, e corresponde aos complementos definidos nulos de Fillmore (1986). A categoria zero inferido compreende os objetos previstos pela estrutura semântica do verbo, e corresponde aos objetos indefinidos nulos (FILLMORE, 1986). Há, portanto, diferentes tipos de zero uma vez que os objetos diretos não expressos não compartilham as mesmas propriedades: o objeto anafórico aponta para um referente único, recuperado do contexto discursivo anterior, ao passo que com o inferido não há nenhum argumento que possa ser razoavelmente evocado do contexto textual prévio. O enunciado (5) exemplifica o objeto zero anafórico, e o (6), o objeto zero inferido:

(5) ela passa o filme todinho fugindo ou então querendo resolver esse crime ... né ... **solucionar** ... querendo prender o assassino ... assim ... ajudar a **prender** ... mas o que eu:: ... (*Corpus D&G*,

p. 182).

(6) se você tem vontade de **fazer** ... **faça** ... se for uma obrigação você não **faça** se você não quiser **fazer** não **faça** ... tá entendendo? (*Corpus D&G*, p. 181).

Em (5), o OD dos verbos *solucionar* e *prender* é dado no contexto que imediatamente os precede: *esse crime* e *o assassino*, respectivamente. Em (6), por outro lado, o referente do objeto de *fazer*, em todas as suas ocorrências, não pode ser recuperado e é irrelevante para os propósitos comunicativos do enunciador, que não tem um referente específico em mente. Com base em sua experiência, o interlocutor atribui um argumento objeto ao verbo *fazer*, muito embora não seja capaz de identificá-lo, já que ele representa um elemento genérico ou não-específico (*fazer qualquer coisa*).

Como se pode ver, o *status* informacional do SN objeto favorece a sua omissão (cf. VELASCO e MUÑOZ, 2002). Os participantes que são dados no contexto são mais provavelmente omitidos do que aqueles que ainda não foram introduzidos ou que representam informação nova, uma vez que um OD dado pode ser recuperado do contexto discursivo, o que não acontece com um OD novo.

Um caso interessante de OD zero inferido pode ser visto no fragmento abaixo:

(7) no dia seguinte ... ele apareceu lá no hotel ... querendo seduzir sabe? a ... a moça ... mas ela não **aceitou** sabe? (*Corpus D&G*, p. 243).

Nesse fragmento, a recuperabilidade do objeto está aberta para o interlocutor, pois há várias possibilidades de interpretação do objeto zero não mencionado no contexto discursivo. Ou seja, diferentes SN são candidatos potenciais à relação gramatical de OD, o que caracteriza o zero multirreferencial. Esse tipo de zero é um argumento que não pode ser relacionado (semântica, pragmática ou sintaticamente) a um único referente claro. Dentre outras alternativas para (7), podem-se interpretar como referente do objeto zero: *a sedução*, *a proposta*, *a cantada*, etc. Todas

essas escolhas estão simultaneamente presentes. É importante observar que o falante é consistente em usar esse tipo de construção “aberta” naquelas partes da narrativa em que o que interessa é o resultado da ação, e não que argumentos específicos deveriam ocorrer com o verbo. Tanto em (6) quanto em (7) a ênfase recai sobre o evento em si, daí a não explicitação do OD. Dado seu conhecimento semântico e pragmático, o usuário da língua interpreta que os verbos *fazer* e *aceitar* projetam um argumento objeto, conquanto ele não possa ser lexicalmente identificado. O OD omitido é tão vago que várias palavras poderiam ser igualmente bem supridas para desempenhar a relação de objeto. Essa maleabilidade de alternativas de interpretação é uma das características da gramática que se molda na interação.

Vale observar que ocorrências como as do exemplo (7) demonstram que a fronteira entre o OD zero anafórico e o inferido não está claramente delimitada, apresentando limites difusos. Por um lado, o zero multirreferencial assemelha-se ao zero anafórico uma vez que a interpretação do OD em (7) parece estar um tanto amarrada a algo dito antes (“querendo seduzir a moça”), diferentemente do OD inferido em (6), em que nenhuma informação dada no texto serve de pista ou de fator restritor para a sua interpretação; por outro lado, o zero multirreferencial aproxima-se do OD inferido porque não aponta para um referente único recuperado do contexto, como no caso do zero anafórico em (5).

O exemplo (5) evidencia que o objeto zero anafórico é dado no texto, constituindo um subtópico discursivo, ou tópico secundário, ao lado do tópico primário, representado pelo sujeito. Conforme Givón (1984), a principal manifestação de tópicos importantes é a sua continuidade no discurso. A própria possibilidade de referência anafórica do objeto reflete sua topicidade. Conseqüentemente, esse tipo de objeto se afasta do OD prototípico, que é o foco da oração, isto é, a informação nova. Nesse caso, tanto o falante quanto o ouvinte têm um referente definido em

mente para o argumento omitido. Nos exemplos a seguir, o objeto zero anafórico forma uma cadeia (sub)tópica:

(8) e as freiras né ... elas saíam na rua e as casas que estavam assim ... esculhambadas ... elas iam ... **ajeitavam** ... **consertavam** ... **pintavam** ... e ... limpavam carros né ... (*Corpus D&G*, p. 280).

(9) aí [ele] deu um dinheiro sabe? pra ela ir nessa loja ... inclusive nessa loja que ela foi comprar as roupas chiques ... ela chegou toda mal trajada ... que ela num tinha roupa né? aí ela começou a **olhar** ... e as vendedora tudo de olho pensando que ela ia **roubar** ... e ela só **escolhendo** ... parece que foi assim ... ou então ela **olhou** ... **olhou** ... e não **comprou** nessa loja ... (*Corpus D&G*, p. 241).

Em (8), o objeto anafórico dos verbos em negrito é o SN *as casas*, mencionado na oração anterior, o que justifica sua omissão. Em (9), *as roupas* é o objeto zero dos verbos destacados. Nos dois casos, tem-se uma cadeia tópica em que o SN não-expresso é o OD de uma seqüência de verbos. Também aqui pode-se considerar que o foco da oração é o próprio predicado, já que, do ponto de vista pragmático, o objeto não é uma informação nova.

Com relação ao objeto zero inferido, sua baixa saliência comunicativa está refletida na impossibilidade de recuperação exata, em muitos casos, de seu referente: para que a interlocução seja bem sucedida, não é necessário que o falante e o ouvinte possam identificar, com precisão, o referente específico do OD. Observa-se, mais uma vez, uma diferença importante entre esses dois tipos de objeto zero. Com relação ao zero inferido, parece tratar-se de uma operação de ajuste de valência, o que não acontece com o zero anafórico. No primeiro caso, a ausência do OD se deve à falta de proeminência discursiva desse argumento (cf. GOLDBERG, 2001). Muito freqüentemente, quando um verbo com uma valência semântica de dois argumentos ocorre sem explicitação do segundo argumento, o contexto discursivo é tal que a referência do SN que desempenharia a relação gramatical do segundo argumento não foi, e não necessita ser,

determinada para que o enunciador cumpra seu propósito comunicativo. Nesses casos, a ênfase recai sobre a ação.

A esse respeito, Goldberg (2001) formula o “princípio da omissão sob proeminência discursiva baixa”, que determina que a ausência do argumento paciente é possível quando ele é interpretado como irrelevante em relação à ação, ou seja, quando ele não é tópico (*nem foco*) no discurso e a ação é particularmente enfatizada. Os elementos focais, por definição, não são predizíveis do contexto e, portanto, não podem ser omitidos. Por outro lado, argumentos altamente tópicos podem ser omitidos porque estão maximamente ativos na mente do interlocutores, no sentido de Chafe (1994). De fato, há uma correspondência entre o *status* informacional dado de um participante e sua expressão formal, na medida em que os SN dados são mais frequentemente representados por anáfora zero. Argumentos que não são tópicos porque são irrelevantes não requerem expressão uma vez que não há razão para torná-los ativos. Segundo Rice (1988) e Tosco (2004), há uma correlação entre a previsibilidade do objeto e a sua omissão, de tal modo que, em geral, um OD indefinido é mais omissível quanto mais seu conteúdo lexical for predizível a partir do significado do verbo: os objetos cognatos são os mais predizíveis, e os verbos que estão restritos a eles (como *sonhar* e *dançar*, por exemplo) são os alvos mais óbvios da omissão do objeto indefinido. Em seguida, estão os verbos que tomam seu objeto de um número limitado de candidatos potenciais, que, portanto, podem ser facilmente recuperados se omitidos (como *ler*, *escrever*, *comer*, *costurar*, *cuspir*, por exemplo). A não expressão de um OD inferido trata-se, pois, de uma operação de ajuste da valência sintática da oração, que pode ser aumentada, diminuída ou reorganizada (cf. PAYNE, 1997). O efeito semântico, ou conceitual, e pragmático de aumentar a valência sintática de um verbo pode ser caracterizado como a promoção de um participante periférico ao centro da cena, enquanto o efeito de diminuir a valência é o rebaixamento de um participante central a uma condição periférica, ou sua

eliminação da cena. A ausência de um OD inferido, genérico, resulta em uma codificação intransitiva de um verbo transitivo.

Por sua vez, o OD zero anafórico funciona precisamente no tipo de situação contrária, ou seja, quando a identidade do referente está tão bem e recentemente estabelecida que não há possibilidade de confusão com alguma outra entidade.

Em suma, do ponto de vista semântico e pragmático, os dois tipos de objeto zero apresentam comportamento distinto. Observe-se que o objeto anafórico é definido, ao passo que o objeto inferido é indefinido. Isso significa que, embora eles sejam sintaticamente iguais (são zero, isto é, não estão morfologicamente lá), semanticamente são diferentes, já que os inferidos não podem ser identificados com exatidão. No plano pragmático, o objeto inferido-indefinido é irrelevante na medida em que a saliência comunicativa incide sobre o evento/ação que está sendo narrado. Esse ponto revela o fato de que a estrutura argumental sintática (número de argumentos presentes na oração) e a estrutura argumental semântica (número de argumentos implicados na cena expressa pelo predicado) nem sempre coincidem no uso discursivo de um mesmo verbo, pois o seu comportamento sintático pode ser pragmaticamente motivado. A estrutura da informação tem a ver com o uso das orações no discurso, e não com o significado das proposições, o que demonstra a independência dos papéis semânticos e pragmáticos.

Vale ressaltar que, dependendo do contexto de uso, um mesmo predicado pode ocorrer com OD explícito ou com objeto zero inferido. Vejam-se os exemplos:

(10) ele **matou** um professor ... (*Corpus D&G*, p. 184).

(11) e ela tinha um ... um caso né ... com um homem ... que ele ... é ... trabalhava ... mexia assim com drogas ... não é ... com tráfico ... um ladrão assim ... né ... pra conseguir o que ele queria ... ele **matava** ... né ... (*Corpus D&G*, p. 276).

Enquanto o segundo argumento do predicado *matou* em (10) corresponde a um objeto

(*um professor*) que é expresso por um SN cuja distribuição é pós-verbal, é a informação nova (foco) do enunciado e desempenha o papel semântico de paciente, ou objeto afetado, em (11) a identidade exata do referente objeto de *matar* não pode ser recuperada e não é relevante para os propósitos comunicativos do falante: infere-se que o ladrão matava qualquer pessoa que interferisse em suas atividades ilícitas. Com base em conhecimento de senso comum, entende-se que a ação de matar se transfere a um ser animado, ainda que não seja possível identificá-lo, pois ele representa um elemento não-específico. Note-se que o tempo/aspecto do verbo tem forte influência sobre a possibilidade de omissão do OD. Assim, o aspecto imperfectivo de *matar* em (11) é responsável por uma interpretação habitual da ação, em que não há um paciente específico referido, ao passo que a perfectividade desse verbo em (10) torna necessária a explicitação do objeto afetado pela ação.

Desse modo, a possibilidade de omissão do argumento objeto não é uma propriedade lexical de determinados predicados, mas é pragmaticamente motivada, e pode ser licenciada sempre que as condições discursivas favorecedoras se fizerem presentes. Na verdade, parece haver uma tendência de alguns verbos ocorrerem mais frequentemente com objeto zero do que outros. Em meus dados, do total de 14 ocorrências de *comer*, 4 têm objeto direto explícito e 10 têm objeto zero, sendo 5 anafóricos e 5 inferidos. Por outro lado, do total de 25 ocorrências de *matar*, 17 têm objeto explícito e 8 têm objeto zero, sendo 7 anafóricos e apenas 1 inferido. Logo, o objeto de *matar* demonstra ser discursivamente mais proeminente do que o de *comer*. Resta investigar, num momento futuro, que classes semânticas de verbos mais frequentemente licenciam a omissão do OD e se a (im)possibilidade de omissão está relacionada a componentes semânticos específicos compartilhados por conjuntos de verbos.

2. O objeto zero implicado

Conforme estabelecido na Introdução, o tema deste trabalho é um subtipo da categoria zero, aqui chamado de objeto zero implicado². Ele representa o segundo argumento de verbos de moldura semântica transitiva que projetam um tipo específico de OD, implicado na cena evocada pelo verbo. Em termos cognitivos, uma cena é entendida como uma estrutura conceitual mental formada com base na experiência de mundo do usuário da língua. Vejam-se os exemplos de OD zero implicado:

(12) a gente tinha ido pra:: Baixa Verde ... aí lá tinha uma vaquejada ... meu pai foi ... começou a **beber** ... começou a **beber** ... isso a gente tinha um Passat ...sabe? começou a **beber** ... e minha mãe morrendo de medo porque ... ele ia **beber** muito e pra voltar ... de noite era muito perigoso ... (Corpus D&G, p. 223).

(13) eu vinha com o coração na mão ... sabe? [...] se eu soubesse **dirigir** ... por isso é que é bom ... a pessoa saber **dirigir** ... né? Porque numa hora dessa ... “pai vá pra trás que eu vou aí pra frente”... (Corpus D&G, p. 225).

Esses verbos apresentam um significado especializado na medida em que *beber* tende a envolver *álcool* na cena, e *dirigir* implica *carro*, a menos que especificado de outra forma. Então, pode-se dizer que *álcool* foi incorporado na moldura semântica de *beber*, assim como *carro* na de *dirigir*. Essa é a interpretação que normalmente se atribui ao objeto zero desses verbos. Em meus dados, em 12 ocorrências de *beber*, 10 não têm objeto explícito e implicam bebida alcoólica; das 12 ocorrências de *dirigir*, nenhuma delas apresenta objeto. A análise da língua em uso sugere, pois, que o sentido de um verbo está relacionado aos esquemas gramaticais em que ele pode ocorrer. No caso de *beber* e *dirigir*, por exemplo, propriedades semânticas específicas freqüentemente acompanham suas variantes intransitivas, de modo que *beber* envolve álcool, e

² Na literatura em língua inglesa, esse OD é chamado de *understood object* (cf. TOSCO, 2004; VELASCO e MUÑOZ, 2002).

não água ou refrigerante, e *dirigir* implica carro, e não moto ou caminhão.

As ocorrências de *beber* no *corpus* investigado evidenciam que esse verbo pode (10 casos) ou não (2 casos) incorporar a noção semântica de “álcool na cena”. Os falantes sabem instantaneamente quando *beber* indica a consumação de uma bebida não alcoólica vs. alcoólica. A incorporação da leitura de “álcool na cena” é semanticamente previsível em termos da frequência discursiva com que o verbo *beber* ocorre no uso cotidiano da língua.

Com base nos dados analisados, é plausível afirmar que a semântica lexical do verbo contribui para a não explicitação do OD, na medida em que alguns predicados (*beber, comer, fumar, ler, estudar*, por exemplo) permitem a omissão mais frequentemente que outros. Dito de outro modo, alguns verbos possibilitam uma interpretação em que o OD tanto é previsível (não foco) quanto irrelevante (não tópico) para o que está sendo transmitido, como se viu com relação ao objeto zero anafórico e inferido. Também se enquadra nesse caso o objeto zero implicado. Pode-se, portanto, falar de uma (in)transitividade lexicalmente condicionada pelo discurso, que se dá com verbos que tendem a ocorrer em contextos genéricos com uma interpretação habitual. A frequência desse uso, licenciado pelo “princípio da omissão” de Goldberg (2001), pode levar à gramaticalização de uma opção léxica para esses verbos. Segundo Traugott (2004), no caso de verbos como *beber* teríamos uma mudança lingüística por estreitamento semasiológico, motivado pela associação desse verbo a contextos particulares de uso que envolvem a interpretação ‘beber bebida alcoólica’. A esse propósito, comparem-se os verbos cuja intransitividade é discursivamente motivada com verbos que são inerentemente intransitivos, como *viver*, por

exemplo, que não pode ser construído com um OD, a menos que este seja um objeto cognato, morfológicamente relacionado ao verbo (por exemplo, *Ele viveu uma vida tranqüila*).³

Cada item verbal especifica sua própria moldura proposicional, seu próprio arranjo de papéis sintáticos e semânticos. O conhecimento que adquirimos sobre os verbos – com que elementos eles se combinam – não deve estar armazenado em categorias nitidamente distintas. No caso do verbo *comer*, por exemplo, ele pode ser estocado como transitivo e intransitivo, com base em suas ocorrências no discurso. No contato diário com a língua, o falante “aprende” que *comer* tem como um dos seus argumentos nucleares um SN que diz respeito ao referente que é comido, mas que esse SN pode ser omitido, se ele for um cognato/genérico (*comida*) e o foco da informação recair sobre a própria ação, como no exemplo em (14):

(14) ... um dia desse eu tava me lembrando ... ontem mesmo ... eu tinha vergonha de **comer** na frente de Alexandre ... às vezes a gente ia lanchar ... e eu ficava entalada ... era ... e com ele não ... o Tarcísio ... sabe? nem sinto vergonha ... pelo contrário ... **como** ... aí **como** mais ainda ... (*Corpus D&G*, p. 227).

Logo, a estrutura argumental, ou gramática da oração, é constituída da mesma maneira que as outras categorias, lingüísticas ou não: através do contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização a partir das interações comunicativas diárias.

Velasco e Muñoz (2002) apontam como fatores relevantes na omissão do OD o tipo de estado de coisas (*Aktionsart*) que o predicado designa (atividade vs. realização) e a própria natureza referencial do objeto. Segundo esses autores, as orações *João está comendo* e *João está comendo uma maçã* denotam uma atividade e uma realização, respectivamente. Assim, a presença ou ausência de um objeto pode afetar o tipo de estado de coisas denotado pela

³ Goldberg e Ackerman (2001) observam que os OD cognatos são obrigatoriamente modificados, uma vez que eles são redundantes em relação à predicação verbal e não informativos. Citam como exemplos: *I dreamed a dream vs. I dreamed a scary dream. Esse ponto não será aprofundado aqui.

predicação. No que diz respeito à escala de objetividade proposta neste artigo, essas diferentes codificações representam duas possibilidades de perspectivização do evento à disposição do usuário da língua: como atividade, com foco na própria ação e com OD zero inferido-genérico ou implicado, ou como realização, que tem como foco o OD explícito ou como subtópico o OD zero anafórico. Do ponto de vista pragmático, a omissão do OD revela que o falante avalia que o conhecimento de mundo do seu interlocutor inclui o referente do objeto ausente, seja porque ele já foi introduzido no discurso precedente, seja porque ele está presente na situação comunicativa, seja porque ele pode ser inferido. Em termos comunicativos, a omissão do OD propicia uma transmissão mais econômica da informação.

O objeto zero inferido e o implicado compartilham as características de não terem sido mencionados no contexto discursivo precedente, como acontece com o objeto zero anafórico, e de não desempenharem a função pragmática de foco nas orações em que estão projetados, assim como os anafóricos. Ambos são responsáveis pela codificação intransitiva de um verbo semanticamente transitivo. Por outro lado, distinguem-se pelo fato de o OD inferido representar um SN genérico, que pode ser cognato ao verbo, como *comida* para *comer*, ao passo que o objeto implicado aponta também para um SN genérico porém mais restrito, já que modificado, como *bebida alcoólica* para *beber*. Enquanto *beber*, dada a frequência de uso do esquema ‘beber bebida alcoólica’, recebe uma leitura especializada, isto não se dá com os verbos que são usados com OD inferido. Pode-se, portanto, propor um *continuum* para o OD zero no que diz respeito a sua recuperabilidade: anafórico > implicado > inferido, em que o OD anafórico é mais facilmente recuperado do que o inferido. Por sua vez, o OD implicado, por apontar para um objeto especializado, situa-se no meio do *continuum* de recuperabilidade, sendo mais facilmente recuperado do que o inferido e menos facilmente recuperado do que o anafórico. Dessa forma, a escala proposta em (1) para os tipos de OD deve ser refeita como:

(15) Objeto Direto explícito > Zero anafórico > Zero implicado > Zero inferido > Objeto Direto oracional > Complexo Verbo + Objeto.

A análise realizada demonstra que a omissão do argumento objeto é um fenômeno complexo, com ramificações e conseqüências em diferentes áreas da gramática, afetando tanto o léxico quanto o discurso. Na área do léxico, encontram-se fatores como o tipo e a natureza do OD e a classe e estrutura semântica do verbo; na área do discurso estão o *status* informacional do OD e a sua menção no contexto precedente.

3. Considerações finais

Conforme apresentado, o referente do objeto zero pode ter sido mencionado no discurso anterior ou pode ser inferido semântica e/ou pragmaticamente. Essa situação suscita uma questão interessante: se se considera que a estrutura argumental de um verbo não pode ser determinada a menos que seus argumentos nucleares possam ser explicitamente recuperados, então, nos casos do objeto zero inferido, em que não se pode inequivocamente evocar um argumento, não seria possível determinar a valência desse verbo. Entretanto, devido a fatores pragmáticos de fluxo da informação, pode não haver uma correspondência direta entre a estrutura argumental semântica e a sintática de um verbo: enquanto a primeira descreve os papéis dos participantes envolvidos na cena representada pelo verbo, a segunda focaliza as relações gramaticais dos argumentos. Logo, a valência de um dado verbo tem de levar em conta suas manifestações discursivas, muito embora o verbo projete semanticamente o número de argumentos com os quais mantém relação.

Os dados examinados indicam que, ao menos na narrativa, as construções com objeto zero representam o caso marcado, tanto em termos de freqüência de ocorrência quanto em termos de complexidade cognitiva, dado o custo cognitivo maior de sua recuperação. De qualquer modo, os falantes parecem dominar uma forma de conhecimento que lhes permite lidar com esse tipo de

construção frouxa ou aberta, de tal maneira que é possível interpretar o zero e atribuir significado ao texto. A omissão do OD revela o processo cognitivo que Talmy (1996) descreve como “*windowing of attention*”, aqui traduzido como enquadramento da atenção. Segundo esse autor, os falantes podem colocar uma porção de uma situação referencial na figura da atenção (*foreground*), através da menção explícita dessa porção, ao mesmo tempo em que colocam o restante da situação no fundo da atenção (*background*), através da sua omissão. Ou seja, o objeto não é expresso quando ele não é proeminente no discurso e a atenção se volta para o evento. Na mesma linha, Fisher, Gleitman e Gleitman (1991) caracterizam as construções gramaticais como um tipo de lente de *zoom* que o falante utiliza para dirigir a atenção do ouvinte para uma perspectiva particular sobre uma determinada cena.

Alguns lingüistas têm questionado a postura de que algo está faltando em enunciados com argumento zero (cf. ONO; THOMPSON, 1997, entre outros). Em geral, os trabalhos que contemplam o objeto zero se apóiam na hipótese de que os verbos têm estruturas argumentais fixas, baseadas no seu significado, isto é, na natureza do evento designado pelo predicado. No entanto, conforme foi visto, há diferenças entre a moldura semântica de um verbo e suas ocorrências reais. Uma vez que a semântica é menos variável do que a sintaxe, pode-se tomar a semântica como o ponto de partida para a determinação da estrutura argumental de um verbo. Ao invés de falar de predicados que requerem certos tipos de argumentos, sugiro, seguindo Fillmore (1986) e Goldberg (1995), que a descrição do(s) significado(s) do verbo inclua um leque de associações semânticas e pragmáticas que dizem respeito aos tipos de atividade, estado e participantes que podem ser evocados quando o verbo é de fato enunciado. Esses significados são generalizações feitas a partir das muitas repetições dos verbos usados em associação com certos tipos de eventos e situações. O que se chama de argumento obrigatório (isto é, o que está sempre presente, que é evocado pelo predicado) pode ser uma especificidade do próprio predicado e do

contexto. Logo, a estrutura argumental pode ser muito mais uma questão de pragmática do que de sintaxe. Por que, então, alguns argumentos são considerados como obrigatórios? Com a rotinização de uso, certas associações se tornam concretizadas pela gramática, e os elementos que fazem parte dessas construções são então chamados de argumentos nucleares, constituindo parte da moldura semântica do verbo. Isso não parece ser apenas uma questão de estrutura, mas um fato pragmático porque é resultado direto da frequência de uso de um determinado item verbal. Desse modo, é possível concluir que: (i) a estrutura argumental é primariamente semântica e pragmática; (ii) não há argumentos estritamente obrigatórios; (iii) a recuperação do objeto zero é licenciada por processos de inferência, que levam em conta seu *status* pragmático. Assim, não haveria posições vazias; o que acontece é que com alguns tipos de verbo algumas associações são tão frequentes que são regularmente associadas com esses verbos. É o uso repetido que faz parecer que há posições vazias e os falantes apre(e)ndem esses verbos de acordo com as associações mais frequentes. Para muitos predicados é difícil ou até impossível identificar um referente particular quando o argumento não ocorre. Há muitos contextos em que o falante parece ter a intenção de deixar o referente em aberto.

Tendo como objeto de estudo o OD implicado, este trabalho procurou comprovar como a análise da língua em uso pode contribuir para a compreensão da gramática. Sob o enfoque da Linguística Funcional norte-americana, a gramática é concebida como um conjunto de práticas adaptadas à interação social, como uma coleção de rotinas cognitivas linguisticamente cristalizadas, procedimentos relativamente automatizados utilizados para atingir propósitos comunicativos (FORD; FOX; THOMPSON, 2003; TOMASELLO, 2003). A rotinização da gramática se dá através do uso repetido de uma dada construção; é a repetição que fixa a construção no repertório do falante e a torna uma unidade de processamento. Nesse sentido, estruturas argumentais recorrentes, como as investigadas neste trabalho, são construções

gramaticalizadas (HOPPER, 1987), convencionalizadas, que constituem o conjunto de conhecimentos lingüísticos do usuário da língua, estabelecido com base no que ele ouve e repete ao longo da vida em suas interações comunicativas. A gramática é, pois, moldada através de um trabalho conjunto do falante e de seu(s) interlocutor(es): de um lado, o falante, consciente ou inconscientemente, segue a máxima da quantidade (“não diga nem mais nem menos do que é necessário”, GRICE, 1975), não explicitando o objeto que pode ser recuperado do contexto ou inferido da moldura semântica do verbo; de outro lado, o interlocutor procura ser cooperativo (GRICE, 1975), atribuindo uma interpretação ao objeto zero. Para fazer isso, ele se vale de pistas deixadas no texto (objeto zero anafórico) ou de seu próprio conhecimento lingüístico armazenado (objeto zero inferido e implicado).

Referências

- CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time: the flow of displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FILLMORE, C. J. Pragmatically controlled zero anaphora. *Berkeley Linguistics Society*, v. 12, p. 95-107, 1986.
- FISHER, C.; GLEITMAN, H.; GLEITMAN, L. R. On the semantic content of subcategorization frames. *Cognitive psychology*, v. 23, p. 331-392, 1991.
- FORD, C. E.; FOX, B. A.; THOMPSON, S. A. Social interaction and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. Manifestações discursivas da estrutura argumental: o caso dos objetos não-expressos. *Anais da XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos*, p. 1789-1798, 2006a.

_____. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, n. 21, p. 115-131, 2006b.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Syntax*. A functional typological introduction, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. Patient arguments of causative verbs can be omitted: the role of information structure in argument distribution. *Language Sciences*, v. 23, p. 503-525, 2001.

GOLDBERG, A.; ACKERMAN, F. The pragmatics of obligatory adjuncts. *Language*, v. 77, n. 4, p. 798-814, 2001.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). *Syntax and semantics*, v. 8. New York: Academic Press, 1975.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v.13, p. 139-157, 1987.

ONO, T.; THOMPSON, S. A. Deconstructing “Zero Anaphora” in Japanese. *BLS* 23, p. 481-491, 1997.

PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RICE, S. Unlikely lexical entries. *Berkeley Linguistics Society*, v. 14, p. 202-212, 1988.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

TALMY, L. The windowing of attention in language. In: SHIBATANI, M; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Grammatical constructions*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

TOMASELLO, M. Introduction. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

TRAUGOTT, E. C. Historical pragmatics. In: HORN, L; WARD, G. (Eds.). *The handbook of pragmatics*. Malden: Blackwell, 2004.

VELASCO e MUÑOZ, Understood objects in functional grammar. *Working papers in functional grammar*, v. 76, p. 1-24, 2002.

TOSCO, Mauro. Between zero and nothing. *Studies in language*, v. 28, n. 1, p. 105-136, 2004.